

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL

PROCESSO N. 19.30.1037.0000805/2026-81

PREGÃO ELETRÔNICO - Edital n. 90018/2026.

UASG N. 925892

Recebimento de propostas: a partir da data da disponibilidade do edital no sítio:
www.compras.gov.br.

Abertura das propostas: às 14h (Quatorze horas), do dia 08/07/2026 (horário de Brasília).

Endereço eletrônico onde será realizada a sessão pública: www.compras.gov.br

Esta Licitação é de AMPLA participação.

1. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 90018/2026

1.1. A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (PGJ/TO), com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218. Palmas - TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob a forma de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO MENSAL DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET VIA SATÉLITE DE BAIXA ÓRBITA (LEO)**, incluindo fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, ativação, suporte técnico e operação assistida, com cobertura nacional, visando à conectividade de unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), especialmente em localidades com infraestrutura precária de telecomunicações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência (TR). A licitação será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Ato PGJ n. 073/2022, do Ato PGJ n. 016/2023, do Ato PGJ n. 066/2023, do Ato PGJ n. 006/2025 e do Decreto n. 11.462 de 31 de março de 2023. Este Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e respectiva equipe de apoio designados pela portaria n. 1.983/2025, publicada no DOMP/TO n. 2.300 de 12 de dezembro de 2025.

1.2. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

1.2.1. Termo de Referência - Anexo I;

1.2.2 Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora, quando esta for optante pelo SIMPLES) - Anexo II ;

1.2.3 Modelo da Proposta de Preços - Anexo III;

1.2.4 Minuta da Ata de Registro de Preços- Anexo IV;

1.2.5 Minuta de Contrato -Anexo V.

1.3. DEFINIÇÕES:

1.3.1. Sistema de Registro de Preços - SRP: conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras (inciso I do art. 2º do Decreto Federal n. 11.462/2023);

1.3.2. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso

para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas (inciso II do art. 2º do Decreto Federal n. 11.462/2023);

1.3.3. Órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente (inciso III do art. 2º do Decreto Federal n. 11.462/2023).

1.4. É recomendada a leitura integral deste edital e seus anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar, respectivamente, a inabilitação e a desclassificação da licitante.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão consiste no **registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação mensal de serviço de acesso à internet via satélite de baixa órbita (LEO)**, incluindo fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, ativação, suporte técnico e operação assistida, com cobertura nacional, visando à conectividade de unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), especialmente em localidades com infraestrutura precária de telecomunicações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência (TR) – **Anexo I**.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2.2. Todos os equipamentos e materiais utilizados na execução do objeto deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc., atentando-se o Fornecedor Registrado, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Esta Licitação é de **AMPLA participação**, desde que as licitantes atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto neste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal n. 8.538/2015.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, disponibilizadas pelo provedor do sistema, com o qual também poderão se informar a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da PGJ/TO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. A pessoa jurídica que não atender às condições deste edital e seus anexos;

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar da licitação em

decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Agente público do Ministério Público do Estado do Tocantins;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Lei n. 9.790/1999 e Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário).

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.7. A vedação de que trata o item 3.5.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Aplicam-se na presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, com exceção dos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte.

4.2. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, e se encontra apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.2.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.2.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as licitantes enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte que, no ano de realização deste pregão, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo declarar a observância desse limite.

4.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de

recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item** observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, em especial o frete, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste edital.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

5.4.1. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e) Não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 ao 49, em se tratando de licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

5.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.9. As propostas terão validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de

mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6.7. O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

6.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

7.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5. Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

7.6. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.7.

7.7. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.7.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.7.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

7.8. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

7.9. Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 7.7.

7.10. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.10.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item **7.1.** deste Edital.

7.11. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.12. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.13. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial, na Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Somente poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.17.1. Havendo empate entre as ofertas, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. Empresas brasileiras;

7.18.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

7.19. Em caso de empate entre as propostas classificadas, após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, será realizado sorteio eletrônico no sistema gov.br/compra, conforme disposto na Instrução Normativa n. 79/2024.

7.19.1. O sorteio será realizado de forma aleatória e pública, sendo a ordem de classificação definida pelo sistema.

7.19.2. A participação no sorteio será obrigatória para todas as propostas empatadas.

7.19.3. O resultado do sorteio será divulgado no sistema gov.br/compra, sendo disponibilizado aos participantes e ao público em geral.

7.19.4. A ata do sorteio conterá a relação das propostas empatadas, a ordem em que foram sorteadas e a data e hora da realização do sorteio.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado.

8.1.1. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado ao processo administrativo.

8.4. Finalizada a negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo Pregoeiro, a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal por parte do licitante.

9.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3. A proposta de preços deverá conter:

a) Descrição clara e detalhada do produto/serviço ofertado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I), de forma a viabilizar a análise de sua conformidade, com indicação do **fabricante/marca/modelo**, da quantidade, prazo de entrega, garantia e demais características dos produtos/serviços, no que for aplicável;

b) Número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, telefone, endereço, dados bancários, e endereço eletrônico (e-mail);

c) Indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

d) Indicação do preço em Real, com valores unitário e total do item, bem como do valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

e) Declaração de que, no preço da proposta, estão compreendidos, integralmente, os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

9.2. O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

9.3. Caso a proposta não seja enviada no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e se sujeitará às sanções previstas neste edital.

9.4. A proposta será desclassificada quando:

I - Contiver vício insanável;

II - Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

III - Não tiver sua exequibilidade comprovada, quando exigido pelo Pregoeiro;

IV - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável.

9.5. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas nesse edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.5.1. Caso seja necessário realizar análise técnica do objeto ofertado e sua conformidade com as especificações desse edital, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante e implicará a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.6. Os preços estimados estabelecidos pela Procuradoria-Geral de Justiça no Termo de Referência devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e grupo de itens, se for o caso.

9.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.9. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

9.10. A inexequibilidade da proposta somente será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

I - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

II - Não existirem custos de oportunidade que justifiquem a elevada oferta.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para formação de Ata Registro de Preço, com adoção do critério de julgamento pelo menor

preço.

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

b) Habilitação jurídica:

10.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional;

10.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

10.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

c) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) Qualificação Econômico-Financeira

10.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**.

10.18.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da

habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.18.2. Os documentos previstos neste item deverão ser atestados mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

I - Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial os Índices de Liquidez Corrente - ILC, Liquidez Geral - ILG e Solvência Geral - ISG e igual ou superiores a 1 (um) ou que atendam o subitem **10.18.2-II**. O cálculo dos índices acima será feito em conformidade com as seguintes equações:

- **Liquidez Corrente (LC)** = Ativo Circulante / Passivo Circulante
- **Liquidez Geral (LG)** = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- **Solvência Geral (SG)** = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

II - As empresas que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma do § 4º, do artigo 69, da Lei n. 14.133/2021, como exigência imprescindível para sua habilitação.

10.19. Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial expedida pelo Cartório distribuidor da pessoa jurídica licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão. Caso não conste o prazo de validade na respectiva certidão, será considerada válida pelo período de 1 (um) ano, contado da sua expedição.

e) Qualificação Técnica-Operacional

10.20. A qualificação técnica-operacional será exigida por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de fornecimento, instalação, ativação e operação de soluções de acesso à internet via satélite de baixa órbita (LEO), em regime de comodato de terminais fixos e/ou móveis.

10.20.1 Os atestados deverão comprovar:

10.20.2. A instalação e ativação de terminais de satélite de baixa órbita;

10.20.3. A prestação de serviço de conectividade contínua com suporte técnico 24x7;

10.20.4 A atuação em múltiplas localidades, preferencialmente em regiões remotas ou de difícil acesso.

10.20.5 O quantitativo de serviços definido na tabela seguinte, em razão de essencialidade e complexidade média do objeto da presente contratação para a continuidade das atividades da Instituição, haja vista a inexistência de Ato da Governança Ministerial que regulamente o Plano de Tratamento de Riscos da Macrorrotina de Trabalho de Gestão Administrativa, Infraestrutural e Logística, estabelecendo parâmetros mais objetivos à modulação deste quantitativo para mitigação dos riscos delineados no Mapa de Gerenciamento de Riscos da Contratação.

Tabela 10.20.5 . - Parcelas de maior relevância da contratação.			
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade a Ser Comprovada
1	Prestação de serviços de acesso à internet via Satélite de baixa órbita - Terminal Fixo Institucional (Tipo I), pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses.	Unidade	10
2	Prestação de serviços de acesso à internet via Satélite de baixa órbita - Terminal Móvel Temporário (Tipo II), pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses.	Unidade	10

10.20.6 Será admitido o somatório de diferentes atestados, desde que emitidos por entidades distintas e referentes a serviços compatíveis com o objeto da presente contratação.

10.20.7 Os documentos deverão conter identificação clara da emitente e do signatário responsável, e deverão estar acompanhados, se solicitado, do contrato que lhes deu origem.

10.20.8 Justificativa para exigências de qualificação

a) As exigências de qualificação econômico-financeira, técnica-operacional e técnica-profissional visam

demonstrar a capacidade da empresa em arcar com os compromissos firmados, garantir a lisura do processo licitatório, bem como mitigar o risco de inadimplência da contratada no cumprimento de obrigações de instalação e configuração correta dos terminais e manutenção da prestação dos serviços de acesso à internet via satélite de baixa órbita, conforme apontado na Análise de Risco dos autos.

b) Ademais, a exigência de qualificação técnico-operacional encontra-se em consonância com os termos da Súmula 263 do Tribunal de Contas da União:

- **Súmula n. 263 do TCU:** *Para a comprovação da capacidade técnico-operacional dos licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*

11. DO RECURSO

11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

11.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item **11.1.** deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item **11.1.2.**

11.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.2.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.3. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato/decisão no prazo de 3 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 dias úteis, contados do recebimento dos autos.

11.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail cpl@mpto.mp.br.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do MPTO, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Estima-se o valor anual da contratação em **R\$ 1.123.455,30** (Um milhão, cento e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos). O custo estimado para o período de vigência contratual, 36 (trinta e seis) meses, é de **R\$ 3.303.795,30**.

13.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual (ano), classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça

Ação: 03.126.1170.10370000 - Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO

Natureza da Despesa: 3.3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DA ASSINATURA ELETRÔNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO

14.1. O licitante vencedor será convocado para assinar eletronicamente a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

14.1.1. O prazo para assinatura eletrônica estabelecido no item 14.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do fornecedor, apresentada tempestivamente dentro do prazo inicial de assinatura e aceita pela Administração.

14.1.2. A assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato será realizada exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI. O licitante vencedor deverá providenciar seu cadastro como usuário externo no SEI, caso ainda não o possua, para viabilizar a assinatura eletrônica.

14.1.3. Caso a licitante vencedora convocada não assine eletronicamente da ata de registro de preços e/ou contrato no prazo estabelecido no item 14.1, é facultado à Administração, por intermédio do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

14.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 14.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará à multa de 5% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

14.3. Por ocasião da assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou contrato, a Administração verificará, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PGJ/TO, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PGJ/TO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PGJ/TO.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].

15.10. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, por meio do e-mail cpl@mpto.mp.br ou fone: (63) 3216-7619.

15.11.. As sanções administrativas, regime de execução, fiscalização e gestão e critérios de pagamento estão dispostos no Termo de Referência.

Palmas/TO, 22 de junho de 2026.

Ricardo Azevedo Rocha

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto desta contratação refere-se à prestação mensal de serviço de acesso à internet via satélite de baixa órbita (LEO), incluindo fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, ativação, suporte técnico e operação assistida, com cobertura nacional, visando à conectividade de unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), especialmente em localidades com infraestrutura precária de telecomunicações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência (TR), por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).

1.2. Especificação do Objeto

Grupo	Item	Descrição Específica	CATSER	Qtde.	Unidade de Medida	Valor Unit. Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual	Valor Total p/ 36 meses
1	1	Prestação de serviços de acesso à internet via Satélite de baixa órbita - Terminal Fixo Institucional (Tipo I), conforme especificado	26441	30	Serviço Mensal	R\$ 1.284,98	R\$ 38.549,40	R\$ 462.592,80	R\$ 1.387.778,40

	no item 5.7.1.1.							
2	Prestação de serviços de acesso à internet via Satélite de baixa órbita - Terminal Móvel Temporário (Tipo II), conforme especificado no item 5.7.1.2.	26441	30	Serviço Mensal	R\$ 1.743,27	R\$ 52.298,10	R\$ 627.577,20	R\$ 1.882.731,60
3	Instalação dos Terminais Fixos (Tipo I), conforme especificado no item 6.1.2.	1988	30	Unidade	R\$ 1.109,51	-	-	R\$ 33.285,30
TOTAL								R\$ 3.303.795,30

1.3. Os serviços objeto desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal n. 10.818/2021, adotado no âmbito do MPTO pelo Ato PGJ n. 036/2022.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, haja vista que podem ser estipulados padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e de necessidade continuada, conforme definição constante do inciso XIII, do art. 6º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência das Atas de Registro de Preço derivadas da licitação será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, se comprovado que os preços são vantajosos. Em caso de prorrogação, as quantidades dos itens registrados também poderão ser renovadas integralmente, respeitando-se os quantitativos originalmente previstos.

1.5.1. Por ocasião da prorrogação da Ata, ou após o interregno de 12 (doze) meses, os preços registrados poderão ser reajustados mediante a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo IPEA, ou do índice oficial que legalmente venha a substituí-lo com maior adequação técnica, acumulado nos últimos doze meses contados a partir da data de apresentação do orçamento estimado.

1.6. O prazo de vigência dos contratos a serem firmados será de 36 (trinta e seis) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, com possibilidade de prorrogação da avença por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.7. Em caso de futuro reajustamento contratual, será adotado o Índice de Custos de Tecnologia da

Informação (ICTI), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que tecnicamente adequado ao objeto contratado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir da data do orçamento estimado.

1.8. O Catálogo de Serviços (CATSER) possui limitações e suas descrições nem sempre atendem as especificidades das aquisições do MPTO. Caso haja divergência entre as especificações do CATSER e do TR, prevalecerão as especificações que constam do último.

1.9. Em atendimento ao parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 11.462/2023, aplicado ao âmbito do MPTO por força do Ato PGJ nº 066/2023, foi realizada consulta prévia às intenções de registro de preços (IRPs) disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Registro de Preços digital (SRP Digital).

1.9.1. A referida consulta foi realizada em 22.05.2026, não tendo sido identificadas IRPs em andamento que atendessem integralmente às necessidades específicas do MPTO quanto às características técnicas, quantitativos, prazos e abrangência geográfica exigidos nesta contratação. Assim, optou-se por instaurar procedimento licitatório próprio, no formato de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 82 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O acesso confiável à internet constitui requisito essencial para o pleno funcionamento das unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), especialmente das Promotorias de Justiça localizadas em regiões remotas ou com infraestrutura de telecomunicações limitada. Em diversos municípios do Estado, os serviços convencionais de conectividade, sejam fixos ou móveis, apresentam restrições de cobertura, elevada latência e instabilidade, comprometendo a continuidade das atividades institucionais.

2.2. A indisponibilidade ou baixa qualidade da conexão impacta diretamente a execução das atividades finalísticas e administrativas, dificultando o uso regular de sistemas institucionais, tais como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o Sistema Athenas, plataformas de videoconferência e serviços de correio eletrônico, essenciais à atuação de membros e servidores.

2.3. Nesse contexto, a contratação de solução de conectividade via satélite de baixa órbita terrestre (LEO – Low Earth Orbit) apresenta-se como alternativa tecnicamente adequada para prover acesso à internet com maior estabilidade, cobertura ampliada e menor latência, inclusive em localidades desprovidas de infraestrutura terrestre adequada.

2.4. A solução proposta destina-se a atender tanto unidades fixas com limitações de conectividade quanto demandas de mobilidade institucional, por meio de equipamentos portáteis a serem utilizados em veículos oficiais, operações, diligências e eventos institucionais, assegurando comunicação contínua e eficiente em todo o território de atuação do MPTO.

2.5. A presente contratação encontra respaldo nos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência administrativa e da transformação digital, contribuindo para o fortalecimento da atuação institucional.

2.6. A justificativa detalhada da contratação encontra-se consolidada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), constante dos autos do respectivo processo administrativo.

3. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA

3.1. Aos Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029

3.1.1. A pretensa contratação alinha-se ao(s) seguinte(s) objetivo(s) estratégico(s) do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins (PEI-MPTO-2020-2029), nos termos da Resolução CPJ n. 006, de 5 de agosto de 2020:

- 1) Melhorar os resultados da área meio e da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada;
- 2) Assegurar informação, inovação e tecnologias adequadas.

3.2 Previsão no PCA

3.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento a seguir:

Identificador da Futura Contratação (PNCP)	N. DFD	Grupo/Classe Catmat/Catser	Descrição da Necessidade	Data Conclusão da Fase Externa da Contratação	Valor Total Estimado
925892-216/2026	359/2025	26441 - ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	Contratação de serviço de acesso à internet via satélite de baixa órbita.	02/03/2026	R\$ 151.713,00

3.3. Alinhamento ao PDTI 2025-2026 (Art. 5º da Resolução n. 283/2024):

Descrição da Ação Prevista	A02.1.2
Ação	Garantir a estrutura operacional
Perspectiva do Mapa Estratégico	Contratar Serviços de TI

3.4. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

3.4.1. Em obediência ao princípio do desenvolvimento sustentável, as ações do MPTO serão guiadas pelas diretrizes da Resolução n. 004/2018/CPJ, até que o Plano de Logística Sustentável (PLS) seja plenamente implementado. Uma vez oficializado, esse plano servirá como base para a adoção de práticas sustentáveis, promovendo a otimização dos recursos públicos, a eficiência energética e a melhoria contínua da gestão institucional.

3.4.2. Esta contratação considera, ainda, os princípios da Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), especialmente no que se refere à gestão ambientalmente adequada dos resíduos eletrônicos provenientes dos equipamentos em comodato ou próprios, tais como antenas, roteadores e terminais de usuário (CPE). O descarte adequado ao final da vida útil deverá ser observado, em conformidade com os normativos ambientais.

3.4.3. O MPTO seguirá também as diretrizes da Resolução CONAMA n. 401/2008, que estabelece os limites máximos de metais pesados, como chumbo, mercúrio e cádmio, presentes em baterias e componentes eletrônicos, assegurando que os equipamentos fornecidos estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes.

3.4.4. A solução via satélite de baixa órbita contribuirá para a redução da infraestrutura física terrestre necessária em áreas remotas, promovendo eficiência energética e diminuição da pegada ambiental associada à implantação de redes convencionais. A utilização de equipamentos compactos, com menor consumo energético e potencial de reutilização, reforça o compromisso do MPTO com práticas sustentáveis e de responsabilidade socioambiental.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução foi definida com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP), observando os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, tendo por finalidade viabilizar acesso à internet estável e de qualidade para unidades do MPTO situadas em locais com conectividade precária ou inexistente, bem como para atendimento a demandas de mobilidade institucional.

4.2. O escopo da contratação contempla a prestação de serviço de acesso à internet via satélite de baixa órbita terrestre (LEO – Low Earth Orbit), incluindo:

a) fornecimento de conectividade em banda larga, com desempenho compatível com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

- b) fornecimento, instalação, ativação e configuração de terminais de usuário (CPE), em regime de comodato;
- c) disponibilização de dois tipos de terminais: fixo institucional (Tipo I) e móvel (Tipo II), conforme especificações deste Termo de Referência;
- d) prestação de serviços de suporte técnico, manutenção, substituição de equipamentos e garantia durante toda a vigência contratual;
- e) disponibilização de ferramentas de gerenciamento e monitoramento da solução, com acesso a painéis de acompanhamento (dashboards);
- f) emissão de relatórios periódicos de desempenho, em conformidade com os indicadores definidos no IMR;
- g) transferência de conhecimento para as equipes técnicas do MPTO quanto à operação básica da solução.

4.3. A solução deverá atender aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos neste Termo de Referência, proporcionando conectividade segura, escalável e de rápida implantação, com cobertura em todo o território nacional, viabilizando o acesso aos sistemas corporativos, videoconferências, bases de dados e demais serviços institucionais.

4.4. A instalação dos equipamentos será realizada pela contratada, conforme cronograma a ser definido em conjunto com o MPTO, mediante acompanhamento da equipe técnica da ASIRTIC. A execução contratual deverá observar os indicadores de desempenho estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que norteará o acompanhamento e a avaliação dos serviços prestados.

4.5. Os equipamentos fornecidos em regime de comodato deverão possuir certificação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), apresentar eficiência energética e resistência compatível com as condições de uso previstas, inclusive para operação em ambientes externos e em mobilidade. A contratada deverá disponibilizar serviço de suporte técnico contínuo, com atendimento remoto e registro de chamados.

4.6. A contratação considera o custo do ciclo de vida da solução, abrangendo implantação, operação, manutenção e eventual substituição dos equipamentos, sem ônus adicional à Administração. A tecnologia LEO foi selecionada por apresentar melhor desempenho em termos de latência, estabilidade e capacidade de atendimento em regiões remotas, quando comparada às alternativas GEO e MEO, conforme análise constante no ETP.

4.7. A adoção da solução proposta visa assegurar a continuidade dos serviços institucionais, ampliar a cobertura de conectividade e fortalecer a atuação do MPTO em áreas remotas, inclusive em situações que demandem mobilidade, como operações institucionais, diligências e eventos externos.

4.8. Justificativa para parcelamento ou não da contratação

4.8.1. O objeto da contratação, referente à solução de conectividade via satélite de baixa órbita terrestre (LEO), foi analisado quanto à possibilidade de parcelamento, nos termos do art. 40 da Lei n. 14.133/2021.

4.8.2. Concluiu-se que, embora os itens possam ser considerados formalmente divisíveis sob o ponto de vista físico, não se mostra viável o parcelamento da contratação, pelas razões técnicas e econômicas a seguir expostas:

4.8.2.1. Eficiência na implantação e gestão contratual. A contratação integrada dos serviços e equipamentos em um único contrato promove maior simplicidade na gestão contratual, padronização da solução e melhor coordenação das atividades de implantação, suporte técnico e operação contínua.

4.8.2.2. Economia de escala. A contratação conjunta dos itens possibilita condições comerciais mais vantajosas, com redução de custos operacionais, logísticos e administrativos, além da unificação de garantias e prazos de atendimento técnico.

4.8.2.3. Padronização tecnológica e operacional. Apesar da existência de diferentes tipos de terminais, todos os itens compartilham a mesma base tecnológica (LEO), exigindo compatibilidade entre equipamentos, serviços e plataforma de gerenciamento, o que recomenda a contratação de solução integrada.

4.8.2.4. Redução de riscos contratuais. O parcelamento poderia acarretar fragmentação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores, dificultando a identificação de responsabilidades em caso de falhas, além de comprometer a continuidade e a qualidade do serviço.

4.8.2.5. Interdependência operacional. A execução da solução demanda atuação coordenada entre fornecimento de equipamentos, conectividade, suporte técnico e monitoramento, o que, na prática, caracteriza dependência funcional entre os itens, recomendando sua contratação conjunta.

4.8.2.6. Estrutura de agrupamento dos itens. Os itens previstos neste Termo de Referência serão agrupados em lote único, considerando sua interdependência técnica e operacional, bem como a necessidade de execução integrada da solução.

4.8.3. Dessa forma, conclui-se pela não adoção do parcelamento do objeto, por se mostrar tecnicamente inadequado e economicamente desvantajoso, em conformidade com o art. 40, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Internos

5.1.1. A contratada deverá utilizar as informações às quais tiver acesso exclusivamente para a execução do objeto contratado, observando rigorosamente os princípios e disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei n. 13.709/2018), garantindo o adequado tratamento de dados pessoais e a proteção de informações sensíveis do MPTO.

5.1.2. A contratada é responsável por assegurar que todos os seus representantes — incluindo diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes, colaboradores e prestadores de serviço — observem integralmente as obrigações de segurança da informação e confidencialidade estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer forma de tratamento inadequado.

5.1.3. Na hipótese de solicitação judicial, administrativa ou fiscal que implique a necessidade de divulgação de informações do MPTO, a contratada deverá comunicar previamente o órgão, por escrito, em prazo razoável, de forma a possibilitar a adoção das medidas cabíveis para resguardar a confidencialidade das informações.

5.1.4. A contratada deverá comunicar ao MPTO, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança da informação ou violação de confidencialidade que possa impactar os serviços ou os dados do órgão, incluindo acessos não autorizados, falhas de segurança ou indisponibilidade relevante, devendo adotar imediatamente as medidas necessárias à contenção e mitigação dos impactos.

5.1.5. A instalação dos equipamentos deverá observar as seguintes diretrizes:

- a) os Terminais Fixos (Tipo I) serão instalados pela contratada nos locais indicados pelo MPTO;
- b) os Terminais Móveis (Tipo II) serão entregues devidamente configurados e aptos à operação, podendo ser utilizados em veículos oficiais, operações externas e atividades institucionais, com suporte técnico da contratada para ativação e integração dos equipamentos.

5.1.6. A contratada deverá manter registro atualizado das atividades relacionadas à execução contratual, incluindo informações sobre instalação, configuração, manutenção e suporte técnico, disponibilizando tais registros ao MPTO sempre que solicitado, para fins de fiscalização, auditoria e acompanhamento da execução dos serviços.

5.2. Requisitos de Sustentabilidade

5.2.1. Por se tratar de serviço com forte componente tecnológico e predominância de atividades intelectuais, não se identificam riscos significativos de impacto ambiental direto no ambiente físico do MPTO. Ainda assim, a contratação observa as diretrizes de sustentabilidade da Instituição, prevendo ações mitigadoras caso sejam identificados impactos durante a execução do contrato.

5.2.2. A solução contratada deverá, sempre que possível, seguir os princípios estabelecidos no Plano de Logística Sustentável (PLS) do MPTO, priorizando tecnologias que promovam a eficiência energética, a redução do consumo de recursos e a minimização de resíduos eletrônicos, com foco em governança ambiental e responsabilidade socioambiental.

5.3. Indicação de marcas ou modelos

5.3.1. Em conformidade com o art. 41 da Lei n. 14.133/2021, é vedada a indicação de marcas ou modelos específicos, salvo em hipóteses excepcionais devidamente justificadas, quando necessária para garantir padronização, compatibilidade técnica ou desempenho do objeto contratado.

5.3.2. Neste Termo de Referência, as especificações técnicas foram elaboradas de forma a garantir a ampla competitividade, sem direcionamento a marcas ou modelos específicos. Contudo, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o mercado de serviços de internet via satélite de baixa órbita é caracterizado por estrutura oligopolizada, com poucos fornecedores nacionais plenamente qualificados. Tal

cenário exige cuidados adicionais para preservar a isonomia entre os participantes, o que pode justificar a adoção de determinadas características técnicas ou funcionais mínimas, assegurando a interoperabilidade, o desempenho e a continuidade dos serviços contratados.

5.3.3. Eventuais referências a marcas ou modelos contidas nos documentos técnicos visam apenas a indicar padrão de qualidade ou desempenho, sendo admissíveis soluções equivalentes que atendam às mesmas especificações técnicas e de funcionalidade previstas neste instrumento.

5.4. Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

5.4.1. É vedado o uso de marcas ou produtos que não atendam aos padrões de qualidade, desempenho e compatibilidade estabelecidos neste Termo de Referência. A contratada deverá assegurar que todos os equipamentos e materiais utilizados estejam em conformidade com as especificações técnicas e normativas aplicáveis.

5.4.2. A substituição de produtos ou marcas durante a execução do contrato somente será permitida mediante autorização expressa do MPTO, desde que comprovadamente equivalentes ou superiores em qualidade e funcionalidade, sem prejuízo à continuidade ou à eficiência dos serviços.

5.4.3. O descumprimento deste requisito poderá resultar na aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021 e no contrato, bem como responsabilização por eventuais danos decorrentes da utilização de itens inadequados.

5.5. Subcontratação

5.5.1. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços e do fornecimento de bens objeto deste Termo de Referência.

5.5.2. A contratada será a única e integralmente responsável pela execução contratual, pela qualidade dos serviços prestados, pela segurança da informação e pela proteção de dados, não sendo reconhecida qualquer relação jurídica ou financeira entre o MPTO e terceiros eventualmente envolvidos.

5.5.3. A vedação fundamenta-se na natureza crítica do serviço, que exige execução direta pelo provedor contratado, de forma a assegurar a responsabilidade integral, a qualidade técnica e a proteção das informações institucionais.

5.5.4. O descumprimento desta cláusula sujeitará a contratada à rescisão contratual e à aplicação das penalidades previstas na Lei n. 14.133/2021, na Resolução CNMP n. 283/2024 e no Ato PGJ n. 06/2025.

5.6. Comprovação do Atendimento às Especificações Técnicas

5.6.1. A empresa participante deverá apresentar um documento técnico detalhado, na forma de matriz de conformidade, que demonstre o atendimento a cada um dos requisitos técnicos e normativos descritos neste Termo de Referência, especialmente no que se refere às especificações técnicas dos terminais de satélite de baixa órbita.

5.6.2. A matriz de conformidade deverá conter, para cada requisito especificado: a) O item do TR correspondente; b) A descrição detalhada do atendimento ao requisito, comprovando atendimento, incluindo documentação técnica (manuais e/ou catálogos do fabricante, em mídia eletrônica ou URL) comprovando o pleno atendimento a todos os requisitos técnicos, por meio de apresentação de uma planilha (ponto a ponto, por linha), com indicação de trecho da documentação comprobatória.

5.7. Requisitos Tecnológicos

5.7.1. Especificações Técnicas Mínimas por Tipo de Terminal

5.7.1.1. Terminal Tipo I - Fixo em unidades do MPTO

5.7.1.1.1. Velocidade mínima: 200 Mbps de download e 30 Mbps de upload;

5.7.1.1.2. Latência máxima: 80 milissegundos (ms);

5.7.1.1.3. Disponibilidade mínima mensal do link: 95%;

5.7.1.1.4. Grau de proteção ambiental: IP54 ou superior;

5.7.1.1.5. Temperatura de operação: até 50 °C ou mais;

5.7.1.1.6. Conectividade: Mínimo de uma porta Ethernet RJ-45 Gigabit e/ou suporte a Wi-Fi;

5.7.1.1.7. Instalação: realizada em local fixo, devendo a contratada fornecer todos os acessórios e materiais necessários para fixação, alinhamento e ativação.

5.7.1.1.8. O serviço deverá disponibilizar endereço IP público fixo (IPv4 e/ou IPv6) para cada terminal do Tipo

I, de forma a possibilitar a implementação de políticas de segurança, controle de acesso e integração com sistemas corporativos do MPTO.

5.7.1.2. Terminal Tipo II - Móvel temporário

5.7.1.2.1. Velocidade mínima: 250 Mbps de download e 30 Mbps de upload;

5.7.1.2.2. Latência máxima: 80 milissegundos (ms);

5.7.1.2.3. Disponibilidade mínima mensal do link: 95%;

5.7.1.2.4. Grau de proteção ambiental: IP54 ou superior;

5.7.1.2.5. Temperatura de operação: até 50 °C ou mais;

5.7.1.2.6. Conectividade: Mínimo de uma porta Ethernet RJ-45 Gigabit e/ou suporte a Wi-Fi;

5.7.1.2.7. Instalação: temporária e transportável, com exigência de facilidade de ativação em campo e alimentação elétrica por tomada padrão ou fonte portátil compatível.

5.7.1.2.8. Deverá ser fornecida solução de alimentação portátil compatível com o equipamento fornecido, incluindo bateria externa (power bank) com capacidade mínima de 60.000 mAh e potência de saída mínima de 100W, devendo ser adequada aos requisitos elétricos do terminal, garantindo sua operação em campo na ausência de energia elétrica convencional.

5.8. Requisitos Legais

5.8.1. Conformidade com a Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente em relação às obrigações contratuais e garantias; Atendimento às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei n. 13.709/2018), com comprovação da adoção de medidas de segurança técnicas e administrativas para proteção de dados pessoais; Declaração de conformidade com regulamentos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e demais normas institucionais aplicáveis ao MPTO.

5.9. Requisitos de Prestação de Serviços do Suporte Técnico

5.9.1. A contratada deverá garantir a prestação de suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual, conforme definido no item 6.2 – Garantia, manutenção e assistência técnica deste Termo de Referência, incluindo atendimento remoto e presencial, substituição de equipamentos em caso de falha, atualizações de software e demais obrigações previstas.

5.9.2. Certificação dos técnicos responsáveis pela implantação e suporte, evidenciando qualificação para os serviços contratados, especialmente na operação e manutenção de terminais de satélite de baixa órbita;

5.9.3. Plano de suporte técnico e atualização tecnológica, garantindo a continuidade operacional e a mitigação de riscos relacionados à obsolescência das soluções;

5.9.4. Garantia de tempo de resposta para incidentes e suporte técnico, conforme os níveis de criticidade estabelecidos no IMR;

5.9.5. As atividades de suporte técnico serão realizadas, a critério do MPTO, em seu ambiente tecnológico, a partir da assinatura do Contrato e durante toda sua vigência contratual;

5.9.6. Os serviços de suporte também consistem em atendimentos a dúvidas técnicas quanto ao uso do ambiente e atualizações de versões para correções de eventuais problemas identificados;

5.9.7. A contratada deverá fornecer suporte direto do fabricante da solução, no formato 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, durante toda a vigência contratual para atualizações de versão e acionamento em nível de resolução de problemas pelo próprio fabricante se necessário, além do nível de suporte que deverá ser prestado pela contratada em conjunto;

5.9.8. A contratada deverá disponibilizar à contratante serviço para abertura e acompanhamento de chamados que deverá estar acessível durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, sem ônus adicional para a contratante, constituído de no mínimo:

- 1) Serviço de atendimento com discagem gratuita (0800) ou de custo local para telefone fixo;
- 2) E-mail;
- 3) WhatsApp ou Telegram;
- 4) Sítio Web com HTTPS como meio de comunicação de disponibilidade imediata, em língua portuguesa e/ou inglesa, que possibilite:
 - a) Gerar relatórios administrativos customizáveis de modo a permitir a seleção de períodos de abrangência, em forma de textos e gráficos, com possibilidade de exportar para HTML ou PDF ou CSV.

- b) Visualizar informações relacionadas aos chamados técnicos: data e hora de abertura da solicitação, identificação do solicitante, código de identificação da solicitação, descrição da solicitação, andamento da solicitação (worklog), data e hora de fechamento da solicitação;

5.9.9. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá apresentar relatórios mensais em formato eletrônico, contendo:

- 1) Todos os chamados ocorridos no mês e seus prazos de atendimento;
- 2) Lista e total de chamados concluídos dentro e fora do prazo do IMR estabelecido;
- 3) Informações analíticas e sintéticas de cada chamado.

5.9.10. Deverá ser garantido ao MPTO pleno acesso ao site do fabricante, além de acesso irrestrito à console de gerenciamento da solução. A contratada poderá ser delegada para abertura de chamados com o fabricante, assim como para execução direta dos serviços de suporte.

5.9.11. Os serviços poderão ser prestados de forma remota, observando as seguintes condições:

- 1) O suporte poderá ser prestado por telefone, e-mail, chat ou internet, com prioridade para abertura via e-mail.
- 2) Durante as sessões remotas, a contratada deverá utilizar ferramenta própria para acesso remoto seguro (exemplo: Microsoft Teams, Zoom, LogMeIn, Google Meet), garantindo:
 - a) Gravação da sessão;
 - b) Acesso simultâneo de todos os envolvidos;
 - c) Conformidade com as diretrizes de segurança do MPTO.

5.9.12. Não haverá limite para o número de chamados de suporte técnico.

5.9.13. A contratada deve agir proativamente, abrindo chamados sempre que uma demanda ou problema for identificado diretamente por ela.

5.9.14. A contratada será a única responsável por todos os atos de seus empregados, credenciados e representantes, inclusive sobre danos causados à contratante ou a terceiros por negligência, imperícia, imprudência e/ou dolo, durante toda a vigência do contrato.

5.9.15. Os serviços deverão ser realizados exclusivamente por profissionais certificados e qualificados para operar a solução.

5.9.16. Caso seja constatada a falta de conhecimento técnico adequado por parte do profissional alocado, a equipe técnica do MPTO poderá solicitar sua substituição por um técnico devidamente qualificado.

5.9.17. A contratante encaminhará à contratada, quando da reunião de alinhamento de expectativas, relação nominal de até 5 (cinco) usuários que terão login e senha com perfis de acesso distintos aos serviços da solução, além de autorização para abertura de chamados.

5.9.17.1. Essa lista poderá ser alterada durante a vigência do contrato, conforme necessidade do MPTO.

5.9.18. O acesso aos equipamentos eventualmente hospedados no MPTO dar-se-á por meio de VPNs via Internet, implementadas pela contratada.

5.9.19. Para administração remota, a contratada poderá instalar e manter um canal de comunicação direto com os equipamentos sob sua responsabilidade, garantindo total segurança para este acesso.

5.9.20. Para ações que necessitem de acesso físico direto ao ambiente e aos equipamentos do MPTO, a contratada deverá comunicar e obter aprovação prévia da equipe responsável.

5.9.21. O MPTO possui link de internet próprio, que poderá ser utilizado para a configuração das VPNs mencionadas.

5.9.22. Durante os atendimentos dos chamados, para efeitos de apuração do tempo de resposta e solução, serão desconsiderados os períodos em que:

- 1) O MPTO estiver responsável por executar alguma ação necessária para a análise e resolução da ocorrência.
- 2) For necessário aguardar alguma correção por parte do fabricante, sem impacto na operação da solução.
- 3) O chamado puder ser pausado ou interrompido, sem alteração do número original do protocolo.

5.9.23. Qualquer correção ou atualização da solução que necessite indisponibilidade do ambiente deverá ser notificada ao MPTO com antecedência mínima de 1 (um) dia útil.

5.10. Requisitos de Segurança

- 1) Demonstração de aderência às boas práticas de cibersegurança, incluindo controles recomendados por frameworks reconhecidos, como NIST Cybersecurity Framework, CIS Controls e ISO 27001;
- 2) Prova de que as soluções oferecidas não se encontram em fim de vida útil (End of Life - EOL) ou fim de suporte (End of Support - EOS), garantindo a atualização contínua durante a vigência contratual;
- 3) Garantia de interoperabilidade das soluções com os sistemas e infraestruturas já existentes no MPTO, evitando incompatibilidades técnicas.

5.11. Requisitos de Proteção de Dados

- 1) Implementação de medidas de proteção de dados pessoais de acordo com a LGPD, incluindo criptografia, controle de acesso e registros de auditoria;
- 2) Demonstração de que as soluções de segurança adotam princípios de privacidade;
- 3) Declaração de que os dados tratados no escopo da contratação não serão compartilhados com terceiros sem autorização expressa do MPTO.

5.12. Requisitos para celebração de contrato

5.12.1. O(s) profissional(is) deverá(ão) possuir certificação ou treinamento emitido pelo fabricante da solução ofertada, ou parceiro autorizado, com validade vigente ou comprovadamente em processo de renovação.

5.12.2. A comprovação da qualificação dos profissionais deverá ocorrer após a fase de habilitação e antes da assinatura do contrato, sendo necessária a vinculação contratual do profissional com a empresa licitante, por meio de contrato de trabalho, vínculo celetista (CLT) ou contrato de prestação de serviços como pessoa jurídica (PJ), com vínculo direto.

5.12.3. Certificados de participação genéricos, palestras e workshops não serão aceitos como comprovação técnica.

5.12.4. A certificação será validada pelo agente de contratação antes do início das atividades, podendo ser confirmada junto ao fabricante da solução satelital.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. Prazos

6.1.1.1. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

6.1.1.2. A contratada deverá providenciar, dentro deste prazo, o fornecimento, instalação, ativação e início da operação dos terminais de acesso via satélite de baixa órbita, conforme cronograma acordado com o fiscal do contrato.

6.1.2. Locais de Entrega e Instalação:

6.1.2.1. Terminal Tipo I - Fixo: Local de instalação: Unidades do MPTO previamente indicadas, localizadas em áreas com conectividade deficiente ou inexistente. Responsável pela instalação: Contratada, com supervisão da equipe técnica do MPTO.

6.1.2.2. Terminal Tipo II - Móvel Temporário: Local de entrega: Sede da PGJ-TO, localizada na Quadra 202 Norte, Avenida LO 4, conjunto 01, lotes 05 e 06, CEP 77.006-218, Palmas-TO. Responsável pelo transporte e ativação: MPTO, com suporte técnico da contratada para configuração e operação, conforme solicitação do MPTO.

6.1.3. Todos os equipamentos deverão ser entregues com os acessórios necessários para funcionamento, em perfeito estado e acompanhados de:

- 1) Notas fiscais;
- 2) Certificados de garantia;
- 3) Manuais de operação em português (ou inglês com tradução).

6.1.4. É vedado o fornecimento de equipamentos recondicionados, usados ou em fim de vida útil (EOL) ou suporte (EOS).

6.1.5. Caso identificados defeitos ou incompatibilidades com os requisitos técnicos, a contratada deverá substituir os itens, sem custos adicionais ao MPTO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

6.1.6. O não cumprimento das condições de entrega ou instalação no prazo estipulado poderá ensejar aplicação de penalidades conforme contrato e legislação vigente.

6.1.7. A instalação dos equipamentos deverá seguir as melhores práticas recomendadas pelo fabricante, assegurando o pleno funcionamento da solução dentro dos padrões estabelecidos de:

- 1) Velocidade mínima de conexão;
- 2) Latência máxima;
- 3) Níveis de disponibilidade contratados;
- 4) Conectividade Ethernet e/ou Wi-Fi.

6.1.8. A contratada deverá realizar testes funcionais pós-instalação e apresentar relatório técnico de aceitação (As-Built), contendo os resultados obtidos, condições ambientais e medições realizadas.

6.1.9. A contratada será responsável por todos os custos logísticos, inclusive deslocamento, alimentação e hospedagem de equipe técnica para instalação em qualquer município do Estado do Tocantins.

6.1.10. A contratada deverá manter disponibilidade de equipe técnica para atendimento emergencial de falhas durante o período de garantia técnica de 90 (noventa) dias após a instalação de cada terminal.

6.1.11. O MPTO poderá solicitar a substituição do terminal por outro do mesmo tipo, mediante justificativa de mudança de local de uso, e a contratada deverá executar essa realocação sem ônus adicional.

6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

6.2.1. A contratada deverá garantir o funcionamento integral dos terminais fornecidos em regime de comodato durante toda a vigência contratual, incluindo manutenção corretiva, substituição de peças, atualizações de software e firmware, bem como suporte técnico contínuo.

6.2.2. Durante o período contratual, a contratada será responsável por:

- 1) Manutenção corretiva e preventiva;
- 2) Atualizações contínuas dos softwares e firmwares dos terminais;
- 3) Substituição de peças ou equipamentos defeituosos;
- 4) Atendimento técnico remoto ou presencial, conforme a gravidade e a localidade da ocorrência.

6.2.3. O suporte técnico deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano (24x7x365), por meio de telefone (0800), e-mail institucional e portal de atendimento online.

6.2.4. O prazo máximo para correção de falhas será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da contratada aceita pelo MPTO.

6.2.5. Em caso de indisponibilidade do terminal por falha não solucionada dentro do prazo estabelecido, a contratada deverá providenciar a substituição imediata por equipamento equivalente ou superior, sem ônus ao MPTO, até a resolução definitiva do problema.

6.2.6. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao transporte de equipamentos, peças ou terminais, tanto para retirada quanto para devolução, bem como quaisquer deslocamentos técnicos necessários.

6.2.7. Todos os equipamentos e peças substituídas deverão ser novas, originais de fábrica e com desempenho igual ou superior ao item substituído.

6.2.8. A manutenção poderá ser realizada diretamente pela contratada ou por assistência técnica autorizada, desde que mantidos os padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência.

6.2.9. A contratada deverá manter equipe técnica qualificada e devidamente treinada para operar e prestar manutenção nos equipamentos contratados.

6.2.10. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo MPTO, documentação técnica comprobatória da certificação e qualificação dos profissionais responsáveis pelos serviços de suporte e manutenção.

6.2.11. A contratada deverá manter histórico atualizado das manutenções realizadas, por terminal, com registro de chamados, intervenções técnicas e peças substituídas, o qual deverá ser disponibilizado à fiscalização contratual sempre que solicitado.

6.2.12. A vigência das obrigações de garantia técnica independe da vigência contratual, de modo que os eventuais descumprimentos constatados durante sua vigência estarão sujeitos às sanções contratuais e legais aplicáveis, mesmo após o encerramento do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da contratada

7.1.1. Cumprir todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta comercial, observando rigorosamente as especificações técnicas e os prazos estabelecidos, além de garantir a conformidade com a legislação aplicável.

7.1.2. Fornecer, configurar, ativar e garantir o pleno funcionamento dos terminais e serviços de conectividade via satélite de baixa órbita (LEO), assegurando que estejam em perfeitas condições de uso, conforme especificações técnicas deste Termo de Referência.

7.1.3. Disponibilizar materiais, ferramentas, peças e acessórios, quando aplicável, garantindo que os equipamentos utilizados na prestação dos serviços estejam em bom estado e atendam aos padrões exigidos pelo MPTO.

7.1.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no processo licitatório, comunicando ao MPTO qualquer alteração relevante.

7.1.5. Corrigir, reparar ou substituir quaisquer itens ou serviços que apresentem falhas, vícios ou defeitos, às suas expensas, dentro dos prazos definidos neste Termo. Caso o reparo não seja possível dentro do prazo, deverá ser disponibilizado terminal equivalente ou superior, de forma provisória e sem custo adicional.

7.1.6. Assumir responsabilidade por danos causados ao MPTO ou a terceiros em decorrência da execução inadequada dos serviços, mesmo quando ocasionados por subcontratados ou prepostos.

7.1.7. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo impostos, taxas, encargos sociais, transporte e alimentação de sua equipe técnica, sem qualquer vínculo empregatício com o MPTO.

7.1.8. Garantir que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, devidamente identificados, respeitando normas técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis.

7.1.9. A contratada se compromete a prestar suporte técnico e operacional durante toda a vigência do contrato, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos bens fornecidos, e a disponibilizar um canal de atendimento (telefone, e-mail ou WhatsApp), em português, com suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana, para reporte de falhas, incidentes ou esclarecimento de dúvidas.

7.1.10. Tratar como confidenciais todas as informações obtidas na execução contratual, utilizando métodos seguros para qualquer acesso remoto, como autenticação multifator e comunicação criptografada.

7.1.11. Emitir relatórios técnicos e operacionais sempre que solicitado, mantendo a documentação de suporte atualizada e disponível para fiscalização.

7.1.12. A contratada não poderá transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no contrato, salvo mediante autorização expressa e formal da PGJ-TO.

7.1.13. Designar formalmente preposto responsável pela execução contratual, conforme Art. 22, I da Resolução CNMP n. 283/2024.

7.1.14. Dar encaminhamento, na figura do preposto, às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual (Art. 22, II, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução deste serviço (Art. 22, III, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.16. Disponibilizar todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela contratante (Art. 22, IV, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.17. Quando especificada, manter equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TI, durante a execução do contrato (Art. 22, V, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.18. Dar o cumprimento aos termos da Lei n. 13.709/2018 (LGPD) (Art. 22, VIII, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2. Obrigações da Contratante (PGJ-TO)

7.2.1. Apresentar, na forma da legislação vigente, os documentos e informações necessários para a execução do objeto da contratação, assegurando que a contratada tenha condições de cumprir integralmente suas obrigações contratuais.

7.2.2. Verificar a boa prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, garantindo a conformidade com as especificações.

7.2.3. Rejeitar, com a devida justificativa, quaisquer serviços ou bens entregues em desacordo com as condições estipuladas no contrato, adotando as providências necessárias para a correção das falhas ou substituições, conforme o caso.

7.2.4. Prestar informações e orientações sempre que solicitadas pela contratada, a fim de viabilizar a correta execução dos serviços.

7.2.5. Receber e atestar as notas fiscais ou faturas emitidas pela contratada, encaminhando-as para pagamento conforme os prazos contratuais.

7.2.6. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estipulados no contrato, desde que atendidas todas as exigências contratuais e fiscais aplicáveis.

7.2.7. Notificar formalmente a contratada acerca de quaisquer falhas, imperfeições ou descumprimentos identificados durante a execução dos serviços, fixando prazos adequados para a correção e acompanhamento das medidas adotadas.

7.2.8. Aplicar sanções administrativas, quando necessário, observando o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, conforme previsto na legislação vigente e nas cláusulas contratuais.

7.2.9. Designar um servidor ou equipe responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, de acordo com a legislação de regência e normas internas do MPTO, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais e a qualidade dos serviços prestados.

7.2.10. Manter a contratada informada sobre quaisquer atos administrativos que possam impactar direta ou indiretamente na execução do contrato, assegurando a comunicação tempestiva para ajustes necessários.

7.2.11. Orientar e autorizar o acesso da equipe da contratada aos locais de trabalho e às instalações onde os serviços serão prestados, observando as normas internas do MPTO.

7.2.12. Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, promovendo as ações cabíveis para assegurar o fiel cumprimento do objeto contratual.

7.2.13. Responder aos esclarecimentos e requerimentos formais da contratada, incluindo pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, dentro dos prazos legais.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do contrato deverá observar fielmente as cláusulas avençadas e as normas previstas na legislação aplicável, especialmente no Capítulo VI (Da Execução dos Contratos) da Lei nº 14.133/2021, cabendo a cada parte a responsabilidade pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As atividades de gestão e fiscalização do contrato seguirão as disposições normativas, incluindo o Ato PGJ n. 018/2023, publicado no DOMP n. 1658, de 30 de março de 2023, que estabelece as diretrizes e procedimentos internos relacionados ao acompanhamento contratual.

8.3. A gestão e a fiscalização serão realizadas por servidores designados pela contratante, que exercerão suas funções com o objetivo de garantir que os serviços contratados sejam executados de acordo com as condições estabelecidas.

8.4. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral das atividades relacionadas à fiscalização, incluindo aspectos técnicos, administrativos e de acompanhamento da execução contratual, bem como pela instrução processual e encaminhamento dos procedimentos necessários à formalização de pagamentos, análise de infrações administrativas e eventual extinção do contrato.

8.5. A fiscalização técnica será desempenhada pelo fiscal técnico designado, cuja atribuição será acompanhar

a execução do objeto contratado, avaliando se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução estão alinhados aos indicadores estabelecidos no edital e no contrato, garantindo o cumprimento do resultado pretendido pela administração.

8.5.1. O fiscal administrativo supervisionará os aspectos contratuais relacionados às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, além de gerenciar questões como revisões, reajustes, repactuações e atesto de faturas, tomando providências tempestivas em caso de inadimplemento por parte da contratada.

8.6. Os fiscais e o gestor terão autoridade para rejeitar serviços que não estejam em conformidade com as normas técnicas estabelecidas, os padrões contratuais ou a melhor técnica consagrada pelo uso. A contratada deverá facilitar o acesso aos serviços e a todos os elementos necessários ao desempenho das atividades de gestão e fiscalização.

8.7. A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades, inclusive perante terceiros, por irregularidades decorrentes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou uso de materiais inadequados.

8.8. Das decisões do Gestor e Fiscais do contrato, poderá a contratada recorrer à contratante, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

8.9. A gestão e fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a lei.

8.10. Para realizar a fiscalização, o fiscal do contrato deverá valer-se do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), previsto no Anexo I deste TR, observando-se a sistemática nele contida.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021 e no artigo 3º do Ato PGJ n. 06/2025, de 5 de fevereiro de 2025, o qual dispõe sobre o processo administrativo sancionador e a aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados no âmbito do MPTO, ficando sujeita à aplicação das seguintes sanções, nos termos do artigo 4º do referido Ato:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. A aplicação das sanções previstas no item 9.1 ocorrerá sem prejuízo de responsabilização civil, criminal ou outra prevista em lei específica.

9.3. A aplicação das sanções previstas no item 9.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

9.4. A apuração de infrações cometidas por licitante ou contratado e a aplicação das respectivas penalidades será realizada mediante prévia e regular instauração de Processo Administrativo Sancionador (Prads), no qual serão assegurados ao infrator o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com as normas contidas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto nos artigos 34 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025.

9.5. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.5.1. Advertência, por faltas de pequena relevância, consideradas estas o descumprimento de obrigações ou deveres que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos ao MPTO (art. 156, I c/c §2º, da Lei n. 14.133/2021 e art. 5º, §1º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.1.1. A aplicação da advertência será cabível somente para contratos vigentes ou contratos com garantia do objeto ainda em execução (art. 5º, §2º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.2. Multa compensatória, de natureza indenizatória, em caso de inexecução parcial, no valor de 5% (cinco por cento) sobre a parcela inadimplida (art. 155, I e II, da Lei n. 14.133/2021 e art. 13, I, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.2.1. Para a presente contratação, considera-se inexecução parcial (art. 14 c/c art. 15 do Ato PGJ n. 06/2025):

I - no fornecimento de bens em comodato:

a) atraso injustificado superior a 10 (dez) dias no cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas;

II - na prestação dos serviços:

a) atraso superior a 3 (três) dias para início da execução contratual; ou

b) interrupção dos serviços definidos no contrato por 4 (quatro) dias seguidos ou 15 (quinze) dias intercalados no período de 12 (doze) meses.

9.5.3. Multa compensatória, de natureza indenizatória, em caso de inexecução total, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato (art. 155, III, da Lei n. 14.133/2021 e art. 13, II, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.3.1. Considera-se inexecução total (art. 14 c/c art. 15 do Ato PGJ n. 06/2025):

I - no fornecimento de bens em comodato:

a) atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias no cumprimento da obrigação principal assumida;

II - na prestação dos serviços:

a) deixar de iniciar, sem causa justificada, o cumprimento das obrigações no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data estipulada para início da execução contratual; ou

b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 7 (sete) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados no período de 12 (doze) meses.

9.5.4. A definição do percentual nos itens 9.5.2 e 9.5.3 considerou a especificidade do objeto, bem como sua essencialidade média para o funcionamento do MPTO (art. 13, parágrafo único, c/c art. 28 do Ato PGJ n. 06/2025), haja vista a dependência das atividades institucionais, meio e fim, da conectividade prestada pelos equipamentos e serviços contratados.

9.5.5. Multa moratória, em razão do atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado (art. 155, VII, da Lei n. 14.133/2021 e art. 10, parágrafo único, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 10% (dez por cento), e calculada sobre o valor da parcela inadimplida (art. 11 do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5.2. A aplicação da multa moratória não impedirá a conversão em compensatória e a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

9.5.6. O cometimento de infrações durante o certame licitatório poderá ensejar a aplicação de multa nos seguintes percentuais (art. 18 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025):

I - de 2,5% a 5% pelas condutas de:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo motivo justificado;

II - de 5% a 10% pelas condutas de:

a) não celebrar o contrato;

b) não entregar a documentação exigida para contratação dentro do prazo de validade da proposta;

III - de 10% a 30% pelas condutas de:

a) apresentar declaração ou documentação falsa;

b) fraudar a licitação;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação.

9.6. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, por até 3 (três) anos, nos termos do art. 24 do Ato PGJ n. 06/2025.

9.6.1. Será aplicado nas seguintes hipóteses:

I - inexecução parcial com grave dano à Administração, pelo prazo de até 3 anos;

II - inexecução total do contrato, até 2 anos;

III - não entrega de documentação exigida para o certame, até 3 meses;

IV - não manutenção da proposta, até 6 meses;

V - não celebração do contrato, até 1 ano;

VI - retardamento injustificado da execução, até 6 meses.

9.6.1.1. A conduta do item 9.6.1, inciso I, fica configurada quando o inadimplemento pela contratada for grave ou inescusável (art. 24, §1º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.6.1.2. Enquadram-se na conduta do item 9.6.1, inciso III, os seguintes comportamentos, sem prejuízo de

outros verificados no decorrer da licitação ou da execução do contrato (art. 24, §2º do Ato PGJ n. 06/2025):

9.6.1.2.1. Deixar de entregar documentação imposta pelo edital ou contrato;

9.6.1.2.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do edital ou contrato;

9.6.1.2.3. Fazer entrega parcial de documentação exigida no edital ou contrato.

9.6.1.3. Consideram-se enquadrados na conduta do item 9.6.1 inciso IV, sem prejuízo de outros verificados no decorrer da licitação ou execução do contrato (art. 24, §3º do Ato PGJ n. 06/2025):

9.6.1.3.1. Deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

9.6.1.3.2. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o edital as amostras solicitadas pelo agente de contratação;

9.6.1.3.3. Abandonar o certame;

9.6.1.3.4. Solicitar a desclassificação após a abertura de sessão do certame.

9.6.1.4. A conduta prevista no item 9.6.1 inciso V, ficará materializada quando o licitante ou contratado desistir de formalizar o contrato conforme (art. 24, §4º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 25 do Ato PGJ n. 06/2025.

9.7.1. Aplica-se quando o licitante ou contratado:

I - apresentar declaração ou documentação falsa;

II - fraudar a licitação ou a execução contratual;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo conforme art. 5º da Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

9.7.1.1. Considera-se fraude qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou indução de agentes públicos a erro.

9.7.1.2. Considera-se prática de ato ilícito qualquer conduta que prejudique o bom andamento da licitação ou execução contratual.

9.8. Quando aplicadas as multas previstas neste item, mediante regular Processo Administrativo Sancionador, o pagamento será realizado conforme a Subseção V do Ato PGJ n. 06/2025.

9.9. As sanções descritas nos itens 9.1.1 (advertência), 9.1.3 (impedimento) e 9.1.4 (inidoneidade) poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no item 9.1.2 (multa), sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra, nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei n. 14.133/2021 (art. 4º, §2º, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.10. Para a aplicação das sanções administrativas será observado o rito de instrução disposto no Capítulo III (Dosimetria), arts. 28 a 33 do Ato PGJ n. 06/2025, respeitando os princípios do contraditório, ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade.

9.11. As ocorrências de descumprimento contratual deverão ser registradas pela fiscalização do contrato para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

9.12. O descumprimento do indicador de nível de serviço SAP (Suporte Atendido no Prazo), quando inferior a 85%, poderá ensejar a aplicação de multa de até 0,5% sobre o valor total do contrato

10. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇO

10.1. O recebimento dos bens e serviços seguirá um fluxo estruturado, garantindo a conformidade com as especificações contratuais. A entrega e a execução do objeto contratado somente serão iniciadas após a emissão formal da ordem de fornecimento pela Administração.

10.2. O processo de recebimento será realizado em duas etapas:

10.2.1. Recebimento Provisório - No ato da entrega dos equipamentos em comodato ou da ativação dos serviços, será realizada uma verificação sumária pelo responsável pela fiscalização do contrato, com conferência da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

10.2.2. Recebimento Definitivo - No prazo de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogável por igual período

mediante justificativa, será realizada a verificação detalhada da conformidade do objeto com o Termo de Referência e demais condições contratuais, sendo formalizado termo de aceitação definitiva.

10.3. Os critérios de recebimento serão definidos conforme o tipo de fornecimento ou serviço executado:

10.3.1. Equipamentos em comodato (terminais fixos e móveis). O recebimento será considerado definitivo após:

10.3.1.1. Entrega física dos equipamentos com respectivos acessórios;

10.3.1.2. Instalação e ativação conforme os requisitos técnicos e locais designados;

10.3.1.3. Testes de conectividade, velocidade, latência e estabilidade conforme IMR;

10.3.1.4. Apresentação de relatório técnico de instalação e aceite formal pela Administração.

10.3.2. Serviços técnicos - Conectividade satelital e suporte técnico contínuo. O recebimento será considerado definitivo após:

10.3.2.1. Ativação dos links com desempenho conforme os indicadores definidos (disponibilidade mínima, latência, velocidade);

10.3.2.2. Disponibilização dos canais de suporte técnico conforme o contrato (24x7x365);

10.3.2.3. Apresentação de plano de suporte e cronograma de manutenção;

10.3.2.4. Aceite formal da Administração após validação funcional.

10.4. Os bens e serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, antes ou após o recebimento provisório, caso sejam constatadas desconformidades em relação às especificações contratuais. A contratada deverá providenciar a substituição ou correção no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogável por igual período, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa, caso haja necessidade de diligências adicionais para aferição do atendimento às exigências contratuais.

10.6. Ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato realizará a apuração dos resultados da execução dos serviços, com base nos indicadores de desempenho definidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

10.7. Serão avaliados aspectos como: disponibilidade efetiva dos links, qualidade dos serviços prestados, tempo de resposta a incidentes e cumprimento de prazos de manutenção preventiva e corretiva. O IMR poderá ser complementado com outros instrumentos de avaliação, se necessário.

10.8. A execução dos serviços será monitorada durante toda a vigência do contrato, com registros mensais de conformidade e qualidade. A contratada deverá apresentar relatórios mensais detalhados, demonstrando a execução dos serviços conforme os parâmetros estabelecidos.

10.9. Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, seja em relação à dimensão, qualidade ou quantidade, a contratada será notificada para emitir nota fiscal correspondente à parcela incontroversa, permitindo a liquidação e o pagamento parcial, enquanto persistirem as inconsistências.

10.10. O prazo de solução das inconsistências ou de saneamento de nota fiscal ou documento de cobrança equivocado não será computado no prazo de recebimento definitivo.

10.11. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade civil pela segurança, desempenho e qualidade contínua do serviço prestado, nem da responsabilidade ético-profissional pela execução contratual.

10.12. A contratada será obrigada a corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, quaisquer itens ou serviços com vícios, defeitos ou desconformidades. A fiscalização poderá reter o atesto das medições até a solução integral das pendências verificadas.

10.13. Em nenhuma hipótese o recebimento provisório ou definitivo eximirá a contratada de sua responsabilidade contratual, assegurando à Administração a reparação integral de quaisquer danos ou irregularidades.

10.14. Os serviços recusados, total ou parcialmente, não serão remunerados.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. Liquidação

11.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos de ato interno específico.

11.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem os limites previstos em lei para a dispensa de licitação em razão do valor.

11.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.1.4. Havendo erro ou impedimento à liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até regularização pela contratada, reiniciando-se o prazo após a solução, sem ônus para a Administração.

11.1.5. A nota fiscal deverá vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, obtida por meio de consulta eletrônica oficial.

11.2. Prazo de pagamento

11.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.2.2. Em caso de atraso, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice que o substitua, contados do vencimento até o pagamento.

11.3. Forma e Condições de pagamento

11.3.1. Os pagamentos seguirão a ordem dos recebimentos estabelecida na Seção 10, estando condicionados ao aceite provisório e posterior aceite definitivo pela Administração.

11.3.2. O pagamento será mensal, correspondente ao valor proporcional à execução dos serviços durante o período de competência, conforme aferido no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

11.3.3. O pagamento abrangerá tanto a disponibilidade contínua do serviço de acesso à internet via satélite quanto o suporte técnico associado, conforme previsto no contrato.

11.3.4. Os valores pagos mensalmente não contemplam a aquisição definitiva de equipamentos, considerando que o fornecimento dos terminais (fixos e móveis) será em regime de comodato.

11.3.5. O pagamento será efetuado via ordem bancária em nome da contratada, conforme dados bancários por ela informados.

11.3.6. A data do pagamento será considerada como a data da emissão da ordem bancária.

11.3.7. Serão aplicadas as retenções tributárias exigidas pela legislação vigente, independentemente de previsão na proposta.

11.3.8. Em caso de divergência entre os valores faturados e os efetivamente aferidos pela Administração, será paga apenas a parcela incontroversa, com a suspensão do restante até a devida apuração e correção.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Modalidade e Tipo de Licitação

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto-fechado, conforme os artigos 28, inciso I, 33, inciso I e 56 da Lei n. 14.133/2021, consoante justificativa constante no ETP.

12.1.2. Será adotada a sistemática de registro de preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da mesma Lei, em razão da imprecisão das estimativas das quantidades, da necessidade de atendimento a múltiplas localidades ainda indefinidas e da possibilidade de adesão futura.

12.2. Exigências de Habilitação

12.2.1. Habilitação jurídica:

12.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional;

12.2.1.2. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.1.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.1.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.1.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.1.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

12.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

12.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

12.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

12.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3. Qualificação Econômico-Financeira

12.3.1. A Qualificação Econômico-Financeira será exigida de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021 e legislação correlata, como condição para celebração do contrato, observada a estrutura jurídica da proponente, podendo ser comprovada por meio de consulta ao SICAF, preferencialmente.

12.3.2. Nos termos do art. 28, § 4º, do Ato PGJ n. 019/2023, justifica-se a exigência da presente

documentação, considerando a presente contratação ter natureza de fornecimento contínuo, cuja vigência sugerida foi de 36 (trinta e seis) meses, garantindo-se a prestação dos serviços dada à sua imprescindibilidade para a Instituição.

12.3.3. Conforme a Lei n. 14.133/2021, os consorciados deverão apresentar balanços patrimoniais, demonstrações de resultados auditados no último exercício e certidões negativas de débitos fiscais. Além disso, deve ser declarada a responsabilidade solidária entre os membros do consórcio.

12.4. Qualificação Técnica-Operacional

12.4.1. A qualificação técnica-operacional será exigida por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de fornecimento, instalação, ativação e operação de soluções de acesso à internet via satélite de baixa órbita (LEO), em regime de comodato de terminais fixos e/ou móveis.

12.4.2. Os atestados deverão comprovar:

12.4.2.1. A instalação e ativação de terminais de satélite de baixa órbita;

12.4.2.2. A prestação de serviço de conectividade contínua com suporte técnico 24x7;

12.4.2.3. A atuação em múltiplas localidades, preferencialmente em regiões remotas ou de difícil acesso.

12.4.2.4. O quantitativo de serviços definido na tabela 12.4.2.4., em razão de essencialidade e complexidade média do objeto da presente contratação para a continuidade das atividades da Instituição, haja vista a inexistência de Ato da Governança Ministerial que regulamente o Plano de Tratamento de Riscos da Macrorrotina de Trabalho de Gestão Administrativa, Infraestrutural e Logística, estabelecendo parâmetros mais objetivos à modulação deste quantitativo para mitigação dos riscos delineados no Mapa de Gerenciamento de Riscos da Contratação.

Tabela 12.4.2.4. - Parcelas de maior relevância da contratação.			
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade a Ser Comprovada
1	Prestação de serviços de acesso à internet via Satélite de baixa órbita - Terminal Fixo Institucional (Tipo I), pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses.	Unidade	10
2	Prestação de serviços de acesso à internet via Satélite de baixa órbita - Terminal Móvel Temporário (Tipo II), pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses.	Unidade	10

12.4.3. Será admitido o somatório de diferentes atestados, desde que emitidos por entidades distintas e referentes a serviços compatíveis com o objeto da presente contratação.

12.4.4. Os documentos deverão conter identificação clara da emitente e do signatário responsável, e deverão estar acompanhados, se solicitado, do contrato que lhes deu origem.

12.6. Justificativa para exigências de qualificação

12.6.1. As exigências de qualificação econômico-financeira e técnica-operacional visam demonstrar a capacidade da empresa em arcar com os compromissos firmados, garantir a lisura do processo licitatório, bem como mitigar o risco de inadimplência da contratada no cumprimento de obrigações de instalação e configuração correta dos terminais e manutenção da prestação dos serviços de acesso à internet via satélite de baixa órbita, conforme apontado na Análise de Risco dos autos.

12.6.2. Ademais, a exigência de qualificação técnico-operacional encontra-se em consonância com os termos da Súmula 263 do Tribunal de Contas da União:

Súmula n. 263 do TCU: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional dos licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em consulta direta a fornecedores, contratações públicas similares e na contratação anterior realizada pelo MPTO para solução de conectividade via satélite de baixa órbita (LEO), em conformidade com o art. 23 da Lei n. 14.133/2021 e a Resolução CNMP n. 283/2024.

13.2. A análise comparativa evidenciou que os valores obtidos apresentam compatibilidade com os referenciais avaliados, demonstrando-se adequados e vantajosos para a Administração.

13.3. A composição dos preços considera o modelo de prestação de serviço com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, com cobrança mensal por terminal ativo, contemplando serviços de instalação, ativação, monitoramento da conectividade e suporte técnico durante toda a vigência contratual.

13.4. O prazo estimado da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, conforme planejamento institucional, sendo os valores projetados para todo o período contratual.

13.5. O valor total estimado da contratação é de R\$ 3.303.795,30 (três milhões, trezentos e três mil, setecentos e noventa e cinco Reais e trinta centavos).

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após análise dos dados e contratações similares, a Equipe de Planejamento da Solução conclui que a contratação é viável técnica e economicamente, atendendo às necessidades da Unidade Demandante e apresentando riscos gerenciáveis.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual (2026), classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça

Ação: 03.126.1170.10370000 - Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO / 03.126.1170.30750000 - Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO.

Natureza da Despesa: 3.3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / 3.4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente.

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários / 759 - Recursos Próprios

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. INFORMAÇÕES GERAIS AOS FORNECEDORES

16.1. Os interessados poderão contactar a Assessoria de Infraestrutura de Redes, Segurança da Informação e Telecomunicações (ASIRTIC) do MPTO pelo telefone (63) 3216-7561 para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao objeto, bem como demais informações pertinentes.

17. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Solução foi instituída por meio da Portaria n. 491/2026 (ID SEI 0500236), publicada no Diário Oficial do MPTO n. 2364, de 30 de março de 2026, nos termos da Resolução n. 283, de 5 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Deste modo, os artefatos de Planejamento serão elaborados e assinados pelos Integrantes Requisitante, Técnico e Administrativo abaixo listados:

EQUIPE	INTEGRANTE REQUISITANTE (Representante da Área Requisitante)	INTEGRANTE TÉCNICO (Representante da Área de TI)	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO (Representante da Área Administrativa)
SERVIDOR	Guilherme Silva Bezerra	Guilherme Prado Silva	Jorgiano Soares Pereira

MATRÍCULA	69907	124097	120026
TELEFONE	3216-7561	3216-7580	3236-8887
E-MAIL	guilhermebezerra@mpto.mp.br	guilhermeprado@mpto.mp.br	jorgianopereira@mpto.mp.br

A Equipe de Planejamento da Solução em referência será coordenada pelo servidor Guilherme Silva Bezerra.

Os integrantes da Equipe de Planejamento da Solução DECLARAM que tiveram ciência expressa das suas indicações e das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

Palmas-TO, data certificada pelo sistema.

ANEXO I(DO TERMO DE REFERÊNCIA) - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelece critérios para monitorar a execução dos serviços de conectividade via satélite de baixa órbita, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, conforme exigido pela Lei n. 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

1.2. A avaliação será realizada por meio de indicadores de desempenho relacionados à:

- 1) Disponibilidade dos serviços por terminal;
- 2) Qualidade do sinal e da velocidade de conexão;
- 3) Atendimento aos chamados técnicos e prazos de solução.

1.3. O IMR será utilizado para fins de controle da qualidade do serviço e, quando for o caso, para aplicação de glosas e sanções administrativas à contratada.

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1. A fiscalização será realizada pela equipe técnica do MPTO, que terá como atribuições:

- 1) Acompanhar o suporte técnico prestado durante a vigência contratual;
- 2) Aferir a disponibilidade e a qualidade técnica do serviço;
- 3) Validar os relatórios mensais emitidos pela contratada;
- 4) Aplicar, quando necessário, glosas e penalidades previstas neste instrumento.

2.2. Os indicadores e metas são os seguintes:

Tabela 1. Indicador 1

INDICADOR 1 - Disponibilidade do Serviço por Terminal	
Instrumento de Medição	Relatórios mensais de funcionamento dos terminais, emitidos pela contratada e validados pela contratante.
Forma de Acompanhamento	Monitoramento da disponibilidade individual de cada terminal, considerando interrupções totais de serviço.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	Disponibilidade (%) = (Tempo total de funcionamento / Tempo total do mês) x 100
Meta	Disponibilidade mínima de 95% por terminal.

Faixas de Penalização	<ul style="list-style-type: none"> • $\geq 95\%$: Sem penalidade. • 90% a 94,9%: Advertência. • $< 90\%$: Glosa de 10% do valor mensal proporcional ao terminal afetado + registro de ocorrência contratual. • $< 85\%$: Glosa de 20% do valor mensal proporcional ao terminal afetado. • $< 80\%$: Glosa de 30% do valor mensal proporcional + possibilidade de instauração de processo sancionador.
-----------------------	---

Tabela 2. Indicador 2

INDICADOR 2 - Qualidade do Sinal e Velocidade de Conexão	
Instrumento de Medição	Relatórios técnicos mensais emitidos pela contratada, complementados por testes de velocidade (download, upload) e latência realizados pela contratante.
Forma de Acompanhamento	Testes amostrais realizados em cada tipo de terminal ativo.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	Conformidade Técnica (%) = (Número de medições que atenderam aos requisitos mínimos / Total de medições realizadas) \times 100
Meta	<p>Tipo I (Fixo Institucional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Download ≥ 200 Mbps • Upload ≥ 30 Mbps <p>Tipo II (Móvel Temporário):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Download ≥ 250 Mbps • Upload ≥ 30 Mbps <p>Latência máxima (todos os tipos): até 80 ms</p>
Prazo de Resolução	<ul style="list-style-type: none"> • $\geq 100\%$ das medições em conformidade: Sem penalidade • 90% a 99%: Advertência • $< 90\%$: Glosa de 10% do valor mensal proporcional à medição afetada + exigência de plano de ação. • $< 85\%$: Glosa de 20% proporcional. • $< 80\%$: Glosa de 30% proporcional + notificação de descumprimento reiterado.

Tabela 3. Indicador 3

INDICADOR 3 - Solução de chamados para correção de problemas	
Instrumento de Medição	Relatórios de chamados técnicos registrados e encerrados pela contratada, com detalhamento dos prazos de resposta e solução.
Forma de Acompanhamento	Análise da conformidade entre os prazos acordados e os tempos reais de atendimento e resolução registrados.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	Atendimento no Prazo (%) = (Chamados atendidos dentro do prazo / Total de chamados) x 100
Meta	≥ 95% dos chamados resolvidos dentro dos prazos definidos.
Prazo de Resolução	<ul style="list-style-type: none"> • Alta criticidade: até 4 horas. • Média criticidade: até 8 horas.
Faixas de Penalização	<ul style="list-style-type: none"> • ≥ 95%: Sem penalidade • 90% a 94,9%: Advertência. • < 90%: Glosa de 10% proporcional ao volume de chamados fora do prazo. • < 85%: Glosa de 20% proporcional. • < 80%: Glosa de 30% proporcional + registro de ocorrência + exigência de plano corretivo.

Tabela 4. Níveis de Severidade e Prazos de Atendimento para Suporte Técnico

Severidade	Descrição	Prazo máximo de início do atendimento remoto	Prazo máximo de solução
Urgente/Crítica (Severidade 1)	Indisponibilidade e total do serviço	Até 2 horas	Até 72 horas
Alta (Severidade 2)	Recurso crítico indisponível, impacto alto	Até 4 horas	Até 5 dias corridos
Normal (Severidade 3)	Impacto moderado, solução paliativa disponível	Próximo dia útil	Até 8 dias corridos
Baixa (Severidade 4)	Consultas técnicas e	Até 24 horas	Até 10 dias corridos

	dúvidas		
--	---------	--	--

2.3. Penalidades pelo Descumprimento dos Prazos de Atendimento:

2.3.1. O descumprimento dos prazos estabelecidos acima resultará na aplicação de multas conforme a seguinte tabela:

Tabela 5. Multas por Descumprimento dos Prazos de Atendimento

Severidade	Fator de Multa (por hora de atraso)	Limite Máximo da Glosa
Urgente/Crítica (Severidade 1)	$NHA * 0,05 * VPCT$	50% da VPCT
Alta (Severidade 2)	$NHA * 0,03 * VPCT$	50% da VPCT
Normal (Severidade 3)	$NHA * 0,01 * VPCT$	50% da VPCT
Baixa (Severidade 4)	$NHA * 0,005 * VPCT$	50% da VPCT

Legenda:

NHA = Número de Horas de Atraso após o prazo máximo estabelecido.

VPCT = Valor Proporcional da Contratação para o Tipo de Serviço, considerando o valor total contratado e a respectiva fração aplicável ao suporte técnico.

2.3.2. Caso o total das glosas aplicadas em decorrência de atrasos ultrapasse 50% do Valor Mensal do Serviço (VMS), poderá ser instaurado processo para rescisão contratual por inexecução parcial do objeto.

2.4. Monitoramento da Execução dos Serviços:

2.4.1. Os indicadores de desempenho dos serviços técnicos serão aferidos pela equipe técnica do MPTO, conforme os critérios estabelecidos no IMR.

2.4.2. Descumprimentos contratuais serão formalizados por meio de notificação, garantindo à contratada o direito à ampla defesa.

2.4.3. Falhas identificadas na prestação dos serviços técnicos poderão resultar em advertências e multas graduadas, conforme estabelecido neste IMR e nas cláusulas contratuais.

3. DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

3.1. O sistema de pontuação será utilizado para classificar as ocorrências registradas com base no impacto causado pelos incidentes relacionados aos serviços de conectividade satelital, permitindo a aplicação de sanções ou compensações, conforme previsto neste Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

3.2. As pontuações atribuídas não influenciarão diretamente o pagamento mensal, mas serão consideradas para análise do desempenho acumulado da contratada e eventual aplicação de sanções previstas no Termo de Referência.

3.3. A pontuação será apurada considerando três níveis de impacto, conforme a gravidade da falha no serviço, conforme tabela a seguir:

Tabela 6. Sistema de pontuação

Pontuação por nível do Impacto.		
CLASSIFICAÇÃO	IMPACTO	PONTUAÇÃO

Baixo impacto	Problemas leves	1
Médio impacto	Problemas moderados com impacto pontual no serviço	2
Alto impacto	Falhas graves com interrupção ou degradação severa	3

3.4. A soma das pontuações no período de medição será usada para compor a análise do desempenho da contratada, servindo de base para advertências, exigência de plano corretivo, aplicação de glosas e outras sanções.

4. INDICADORES DE RESULTADOS

4.1. Os indicadores de resultados estabelecem as métricas e critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho da contratada no cumprimento de suas obrigações contratuais. A seguir, estão os três principais indicadores:

Tabela 7. Indicadores de resultado

Indicadores de Resultado					
Indicador	Instrumento de Medição	Forma de Acompanhamento	Periodicidade	Métrica	Faixas de Penalidade/Ajuste
Disponibilidade do Serviço por Terminal	Relatórios mensais validados pela contratante	Monitoramento por terminal e interrupções totais	Mensal	Disponibilidade (%) = $\frac{\text{Tempo em operação}}{\text{Tempo total do mês}} \times 100$	$\geq 95\%$: Sem penalidade; $< 95\%$: Advertência; $< 90\%$: Glosa 10%; $< 85\%$: Glosa 20%; $< 80\%$: Glosa 30% + processo sancionador
Qualidade do Sinal e Velocidade	Relatórios da contratada + testes da contratante	Testes amostrais por tipo de terminal	Mensal	Conformidade (%) = $\frac{\text{Medições conformes}}{\text{Total}} \times 100$	$\geq 100\%$: OK; $90-99\%$: Advertência; $< 90\%$: Glosa 10%; $< 85\%$: Glosa 20%; $< 80\%$: Glosa 30% + notificação
Atendimento a Chamados Técnicos	Relatórios de chamados e prazos de resolução	Avaliação de tempos reais vs. prazos definidos	Mensal	Atendimento (%) = $\frac{\text{Chamados no prazo}}{\text{Total}} \times 100$	$\geq 95\%$: OK; 90-94,9%: Advertência; $< 90\%$: Glosa 10%; $< 85\%$: Glosa 20%; $< 80\%$: Glosa

					30% + exigência de plano corretivo
--	--	--	--	--	--

5. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

5.1. Em caso de descumprimento das condições contratuais relativas aos indicadores de desempenho, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade, as seguintes sanções:

- 1) Advertência formal: Para descumprimentos leves e pontuais, sem impacto significativo na prestação do serviço.
- 2) Glosas proporcionais: Aplicadas diretamente sobre o valor mensal correspondente ao serviço ou terminal afetado, conforme percentual indicado neste IMR.
- 3) Multa contratual: Em caso de reincidência ou falhas graves, poderá ser aplicada multa, calculada com base no impacto causado, na pontuação acumulada e na frequência das ocorrências.
- 4) Outras penalidades: Em situações de inexecução grave ou reiterada, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.2. Será assegurado à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa antes da aplicação de quaisquer sanções.

ANEXO II (DO TERMO DE REFERÊNCIA)- TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO
O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Pelo presente instrumento a <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada contratada;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a contratada poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos

procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da contratada;
- II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida da Administração, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da contratada, terão acesso às informações sigilosas.

6. VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei n. 14.133, de 2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da contratada;

II - A contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10. ASSINATURAS

Por estar a parte justa e acordada quanto ao teor e alcance das cláusulas aqui estabelecidas, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelo representante legal da CONTRATADA, para um só efeito jurídico e plena validade perante o Ministério Público do Estado do Tocantins.

contratada
<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>
TESTEMUNHAS
<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO III(DO TERMO DE REFERÊNCIA) - TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	XXXX/AAAA		
OBJETO	<OBJETO DO CONTRATO>		
contratada	<NOME DA contratada>	CNPJ	XXXXXXXX/XXXX-XX
PREPOSTO	<NOME DO PREPOSTO DA contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<NOME DO GESTOR DO CONTRATO>	MATR.	XXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA		
NOME	MATRÍCULA	ASSINATURA
<NOME DO(A) FUNCIONÁRIO>	<XXXXXXXXXXXXXX>	
<NOME DO(A) FUNCIONÁRIO>	<XXXXXXXXXXXXXX>	
...		

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO IV (DO TERMO DE REFERÊNCIA)- DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO DA LGPD

(EM PAPEL PERSONALIZADO DA EMPRESA)

À PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

A/C: Sr. Gestor do Contrato

Prezado Senhor,

Nos termos da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, DECLARO que tenho pleno conhecimento e cumpro com as obrigações, condições e peculiaridades inerentes à LGPD, que assumo total responsabilidade por este fato e seu fiel cumprimento.

Local , data, nome, e assinatura do responsável legal

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 4º, XI, IN RFB N. 1.234
(somente para a empresa vencedora, quando esta for optante pelo SIMPLES)

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ n. DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Loca e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____ e inscrição estadual n. _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins**, em conformidade com o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n. __/2026.

Para tanto, oferecemos a essa Instituição o preço para o(s) item(ns) a seguir indicado(s), observadas as exigências e especificações de que tratam o **ANEXO I - Termo de Referência**, as quais serão atendidas e executadas:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1				
	2				
VALOR TOTAL DO GRUPO					

A validade da presente proposta é de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**.

Entregaremos os produtos conforme as exigências do **Anexo I**.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento do objeto, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são os seguintes:

- a) Razão Social: _____
- b) CNPJ n.: _____ Insc. Estadual n.: _____
- c) Endereço: _____
- d) Fone: _____ E-mail: _____
- e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
- f) Banco _____ Agência n.: _____ Conta n.: _____

Os dados para assinatura da ARP são os seguintes:

- a) Nome do Representante legal: _____
- b) Carteira de Identidade n.: _____ CPF n.: _____
- c) Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____
- d) Cargo: _____ E-mail: _____ Fone: _____
- e) Endereço: _____
- f) CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Declaramos, para todos os fins, que a execução do objeto se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital e seus Anexos.

(OBS.: Acrescentar demais exigências para efeito de proposta, atendendo as solicitações em Edital).

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.
Pregão Eletrônico - SRP N. __/2026

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ/TO)**, sediada na Quadra 202 Norte, Av. LO-04, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP. 77.006-218, Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato n.____- NM, de de 20__, publicado no Diário Oficial n. _____, de de 20__, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, neste ato representada por _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, com observância da Lei n. 14.133/2021, da Lei Complementar n. 123/2006, do Ato PGJ n. 073/2022, do Ato PGJ n. 016/2023, do Ato PGJ n. 066/2023, do Ato PGJ n. 006/2025, do Decreto n. 11.462 de 31 de março de 2023 e das demais condições estabelecidas no edital e seus anexos, resolvem firmar a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente do Pregão Eletrônico acima referenciado, conforme as cláusulas seguintes.

1. OBJETO

1.1. Esta ata tem por objeto **a prestação mensal de serviço de acesso à internet via satélite de baixa órbita (LEO)**, incluindo fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, ativação, suporte técnico e operação assistida, com cobertura nacional, visando à conectividade de unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), de acordo com os termos e especificações contidos no edital do Pregão Eletrônico n. __/2026 e seus anexos.

1.2. Vinculam esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência, o edital da licitação, a proposta do fornecedor e eventuais anexos dos documentos retrocitados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, conforme as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1				
	2				
VALOR TOTAL DO GRUPO					

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciado é a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

3.2 Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A vigência da ata de registro de preço será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP.

4.2 Será admitida a prorrogação, por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

4.2.1 Em caso de prorrogação, as quantidades dos itens registrados também poderão ser renovadas integralmente, respeitando-se os quantitativos originalmente previstos.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Órgãos ou entidades que não tenha participado do certame poderão aderir à ata de registro de preços, observadas as condições estabelecidas no art. 31 do Decreto n. 11.462/2023.

5.1.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

5.2 O quantitativo decorrente das adesões não excederá, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos que aderirem.

5.3 A Administração poderá rejeitar adesões que possam acarretar prejuízo à execução de seus contratos ou a sua capacidade de gerenciamento.

5.4 Após a autorização, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4.1 O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

5.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS

6.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. DAS CONTRATAÇÕES

7.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

7.1.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto, deverá constar a indicação da disponibilidade orçamentária respectiva.

7.1.2 O instrumento contratual somente poderá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

7.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar um exercício financeiro.

7.3. Os contratos decorrentes desta ata poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

8. DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

8.1. O regime de execução será conforme o estabelecido no Termo de Referência.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão e a fiscalização dar-se-ão conforme estabelecido no Termo de Referência.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado conforme o estabelecido no Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Obrigações do fornecedor registrado

11.1.1. Cumprir todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta comercial, observando rigorosamente as especificações técnicas e os prazos estabelecidos, além de garantir a

conformidade com a legislação aplicável.

11.1.2. Fornecer, configurar, ativar e garantir o pleno funcionamento dos terminais e serviços de conectividade via satélite de baixa órbita (LEO), assegurando que estejam em perfeitas condições de uso, conforme especificações técnicas deste Termo de Referência.

11.1.3. Disponibilizar materiais, ferramentas, peças e acessórios, quando aplicável, garantindo que os equipamentos utilizados na prestação dos serviços estejam em bom estado e atendam aos padrões exigidos pelo MPTO.

11.1.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no processo licitatório, comunicando ao MPTO qualquer alteração relevante.

11.1.5. Corrigir, reparar ou substituir quaisquer itens ou serviços que apresentem falhas, vícios ou defeitos, às suas expensas, dentro dos prazos definidos neste Termo. Caso o reparo não seja possível dentro do prazo, deverá ser disponibilizado terminal equivalente ou superior, de forma provisória e sem custo adicional.

11.1.6. Assumir responsabilidade por danos causados ao MPTO ou a terceiros em decorrência da execução inadequada dos serviços, mesmo quando ocasionados por subcontratados ou prepostos.

11.1.7. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo impostos, taxas, encargos sociais, transporte e alimentação de sua equipe técnica, sem qualquer vínculo empregatício com o MPTO.

11.1.8. Garantir que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, devidamente identificados, respeitando normas técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis.

11.1.9. A contratada se compromete a prestar suporte técnico e operacional durante toda a vigência do contrato, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos bens fornecidos, e a disponibilizar um canal de atendimento (telefone, e-mail ou WhatsApp), em português, com suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana, para reporte de falhas, incidentes ou esclarecimento de dúvidas.

11.1.10. Tratar como confidenciais todas as informações obtidas na execução contratual, utilizando métodos seguros para qualquer acesso remoto, como autenticação multifator e comunicação criptografada.

11.1.11. Emitir relatórios técnicos e operacionais sempre que solicitado, mantendo a documentação de suporte atualizada e disponível para fiscalização.

11.1.12. A contratada não poderá transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no contrato, salvo mediante autorização expressa e formal da PGJ-TO.

11.1.13. Designar formalmente preposto responsável pela execução contratual, conforme Art. 22, I da Resolução CNMP n.º 283/2024.

11.1.14. Dar encaminhamento, na figura do preposto, às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual (Art. 22, II, Resolução CNMP n. 283/2024).

11.1.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução deste serviço (Art. 22, III, Resolução CNMP n. 283/2024).

11.1.16. Disponibilizar todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela contratante (Art. 22, IV, Resolução CNMP n. 283/2024).

11.1.17. Quando especificada, manter equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TI, durante a execução do contrato (Art. 22, V, Resolução CNMP n. 283/2024).

11.1.18. Dar o cumprimento aos termos da Lei n. 13.709/2018 (LGPD) (Art. 22, VIII, Resolução CNMP n. 283/2024).

11.2. obrigações do órgão gerenciador (PGJ-TO)

11.2.1. Apresentar, na forma da legislação vigente, os documentos e informações necessários para a execução do objeto da contratação, assegurando que a contratada tenha condições de cumprir integralmente suas obrigações contratuais.

11.2.2. Verificar a boa prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, garantindo a conformidade com as especificações.

11.2.3. Rejeitar, com a devida justificativa, quaisquer serviços ou bens entregues em desacordo com as condições estipuladas no contrato, adotando as providências necessárias para a correção das falhas ou

substituições, conforme o caso.

11.2.4. Prestar informações e orientações sempre que solicitadas pela contratada, a fim de viabilizar a correta execução dos serviços.

11.2.5. Receber e atestar as notas fiscais ou faturas emitidas pela contratada, encaminhando-as para pagamento conforme os prazos contratuais.

11.2.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estipulados no contrato, desde que atendidas todas as exigências contratuais e fiscais aplicáveis.

11.2.8. Notificar formalmente a contratada acerca de quaisquer falhas, imperfeições ou descumprimentos identificados durante a execução dos serviços, fixando prazos adequados para a correção e acompanhamento das medidas adotadas.

11.2.9. Aplicar sanções administrativas, quando necessário, observando o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, conforme previsto na legislação vigente e nas cláusulas contratuais.

11.2.10. Designar um servidor ou equipe responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, de acordo com a legislação de regência e normas internas do MPTO, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais e a qualidade dos serviços prestados.

11.2.11. Manter a contratada informada sobre quaisquer atos administrativos que possam impactar direta ou indiretamente na execução do contrato, assegurando a comunicação tempestiva para ajustes necessários.

11.2.12. Orientar e autorizar o acesso da equipe da contratada aos locais de trabalho e às instalações onde os serviços serão prestados, observando as normas internas do MPTO.

11.2.13. Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, promovendo as ações cabíveis para assegurar o fiel cumprimento do objeto contratual.

11.2.14. Responder aos esclarecimentos e requerimentos formais da contratada, incluindo pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, dentro dos prazos legais.

12. DA ALTERAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente ajustado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n. 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei n. 14.133, de 2021.

12.2 Os preços registrados serão reajustados após 12 (doze) meses, contados a partir da data do Mapa de Preços, 19/05/2026, observado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), como índice de reajuste

13. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1 Na hipótese do preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 Na hipótese prevista no subitem anterior, serão convocados os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao registrado e o fornecedor não poder cumprir as

obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 Na hipótese de não comprovação da ocorrência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, a Administração convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, ocasião em que se procederá à sua habilitação.

13.2.4 Comprovada a majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o preço registrado será atualizado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O registro de preços será cancelado, garantidos o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de aumento em que não comprovar a existência de fato superveniente;

IV - Sofrer as sanções de impedimento e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

14.1.1. Na hipótese prevista no inciso IV do item anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Administração poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. Na hipótese de cancelamento do registro de preços do fornecedor, os licitantes que compõem o cadastro de reserva poderão ser convocados, observada a ordem de classificação.

14.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

III - Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto n. 11.462/2023.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e sanções administrativas dar-se-ão conforme estabelecido no Termo de Referência.

16. DO FORO:

16.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente desta Ata de Registro de Preços, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR acima qualificados, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. ____/____ CELEBRADO ENTRE A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA** _____.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato - _____ de ____ de _____ de _____, publicado no DOE n. _____ de ____ de _____ de _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, representada neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o Processo Administrativo n. _____, e em observância à Lei n. 14.133/2021, à Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/____, mediante as disposições das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **prestação mensal de serviço de acesso à internet via satélite de baixa órbita (LEO)**, incluindo fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, ativação, suporte técnico e operação assistida, com cobertura nacional, visando à conectividade de unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - Anexo I.

1.2. Especificação do objeto:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1				
	2				
VALOR TOTAL DO GRUPO					

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência, o edital da licitação, a proposta do fornecedor e eventuais anexos dos documentos retro citados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.5. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados do primeiro dia útil subsequente da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.5.1. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor da contratação é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo e os critérios de pagamento ao contratado, e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES ([art. 92, X, XI e XIV](#))

7.1. Obrigações do Contratado:

7.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.2. Entregar o objeto, no prazo previsto no Termo de Referência, e, se for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

7.1.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, pela contratante, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

7.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para

pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. 14.133, de 2021).

7.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

7.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.1.17. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

7.2. Obrigações do Contratante (PGJ-TO):

7.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

7.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

7.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

7.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

7.2.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2.8.1. A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.2.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 dias.

7.2.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2.11. Demais obrigações previstas no Termo de Referência

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

8.1. Os preços contratados serão reajustados após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, em 19/05/2026.

8.2. Na hipótese de a contratação ocorrer após a aplicação de reajuste de preços na Ata de Registro de Preços, o primeiro reajuste do contrato será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido na referida Ata.

8.3. Será adotado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), como índice de reajuste.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser

utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem acima ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei n. 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Na hipótese acima, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n. 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PGJ/TO deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I – Gestão/Unidade:

II – Fonte de Recursos:

III – Programa de Trabalho:

IV – Elemento de Despesa:

VI – Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [n. 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO ([art. 92, § 1º](#))

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Palmas - TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Azevedo Rocha, Pregoeiro**, em 22/06/2026, às 14:34, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0526027** e o código CRC **8C63D352**.

19.30.1037.0000805/2026-81

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.

Telefone: (63) 3216-7600